

NOTAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO RURAL E A REPRODUÇÃO SOCIOECONÔMICA DA AGRICULTURA FAMILIAR NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

 DOI: 10.5281/zenodo.6349034

Cleoson Moura dos Reis

Graduado em Agronomia pelo Instituto Federal do Pará, mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná e doutorando em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: cleosonmoura@gmail.com.

Clério Plein

Doutor em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e professor adjunto da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: cleriolein@gmail.com.

Resumo: É objetivo deste texto compreender os aspectos teóricos e as dimensões do desenvolvimento rural, a reprodução socioeconômica na agricultura familiar, fazendo aproximações a Amazônia brasileira. Neste sentido, recorre-se a teoria social para captar os principais sentidos do desenvolvimento rural, suas principais raízes, contribuições e implicações ao caso brasileiro. No meio rural, será oportuno tratar dos aspectos que circunscrevem a reprodução socioeconômica, o papel e o lugar das formações sociais produtivas não capitalistas, incluídas no conceito genérico de agricultura familiar, a partir de contribuições do marxismo clássico, neomarxismo e as interpretações alternativas ao marxismo. O texto aponta que a presença do Estado tem se revelado como dinamizador de mudanças socioeconômica meio rural, em interface com a produção acadêmica e as mobilizações e lutas sociais rurais no Brasil. E, na Amazônia brasileira, as estratégias de reprodução socioeconômica não capitalista, se encontram articuladas em duas lógicas produtivas, a do *paradigma agropecuário*, que circunscrevem aspectos intensivos da produção, e o *paradigma extrativista*, associado as dinâmicas dos ecossistemas locais.

Palavras-chave: Amazônia brasileira. Teoria Social. Agricultura Familiar. Reprodução Socioeconômica. Desenvolvimento rural.

Abstract: The objective of this text is to understand the theoretical aspects and dimensions of rural development, socioeconomic reproduction in family farming, making approximations to the Brazilian Amazon. In this sense, social theory is used to capture the main meanings of rural development, its main roots, contributions and

implications for the Brazilian case. In rural areas, it will be opportune to deal with aspects that circumscribe socioeconomic reproduction, the role and place of non-capitalist productive social formations, included in the generic concept of family farming, based on contributions from classical Marxism, neomarxism and alternative interpretations to Marxism. The text points out that the presence of the State has revealed itself as a driver of socioeconomic changes in rural areas, in interface with academic production and rural social mobilizations and struggles in Brazil. And, in the Brazilian Amazon, non-capitalist socio-economic reproduction strategies are articulated in two productive logics, that of the agricultural paradigm, which circumscribe intensive aspects of production, and the extractive paradigm, associated with the dynamics of local ecosystems.

Keywords: Brazilian Amazon. Social Theory. Family Farming. Socioeconomic Reproduction. Rural Development.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho pretende-se fazer uma reflexão sobre as principais noções de desenvolvimento rural, associado ao debate brasileiro, e a reprodução socioeconômica da agricultura familiar, com aproximações de aspectos da Amazônia brasileira¹. A ideia, fundamental, consistirá em compreender qual é o papel e o lugar da agricultura família no desenvolvimento do sistema capitalista? E, o que fundamenta a sua reprodução socioeconômica?

A partir da segunda metade do século XX, dois foram os eventos que legitimaram a aceitação da ideia de “desenvolvimento”, que atraiu demasiados interesses, orientando posições governamentais, e organizações sociais, instigados pelas suas vantagens (NAVARRO, 2001). O primeiro de tais eventos, refere-se ao, pós Segunda Guerra Mundial, entusiasmados pela polarização da Guerra Fria, as nacionalidades foram dominadas pela força do crescimento econômico, que demonstrou um novo padrão de sociedade, novas perspectivas e impulsionando inovações diversas. Torna-se inexorável, que o desenvolvimento rural, enquanto uma ramificação imediata, fosse envolvido pelas forças políticas governamentais e

¹ Por Amazônia é possível verificar diversos entendimentos. A visão contrastante externa a região, que a vê como natureza, floresta, atrasada, reserva de recursos, o futuro do Brasil, e outros (GONÇALVES, 2012). Sobre essa questão, Tavares (2011), reúne alguns entendimentos importantes, entre eles, a concepção político-administrativo que se refere ao conceito de Região Norte; como conceito econômico refere-se a Amazônia Legal, estabelecida na década de 50 para o novo planejamento de integração territorial da região, composta pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e Mato Grosso e parte do Maranhão, correspondente a cerca de 61% do território brasileiro; e o conceito de Pan-Amazônia, que se refere a Amazônia Sul-Americana, que integra parte do território dos países limítrofes da Amazônia brasileira, apresenta relevante potencial geopolítico e econômico.

interesses diversos. Este período também releva uma nova compreensão da agricultura, onde foi revigorada sob o aporte tecnológico da revolução verde e sua popularizada mundialmente.

O segundo evento, refere-se a década de 1990, que circunscrevem a ré-emergência das discussões sobre o desenvolvimento (rural), reconfiguradas e distintas do primeiro período, questionando a *impossibilidade do desenvolvimento*, que mesmo aos descréditos, cria-se o interesse pelo tema.

É interessante notar, que no Brasil, antes deste segundo período, as referências atribuídas a agricultura familiar eram praticamente inexistentes, pois as denominações utilizadas eram de pequeno produtor, produtor de subsistência ou produtor de baixa renda. Em face das lutas dos movimentos sindicais rurais, estes adjetivos foram sendo substituídos pelo termo de agricultura familiar, bem como a própria identidade, para a noção de trabalhador rural. São relevantes as contribuições de estudos e pesquisas, que ajudam consolidar a categorial social no meio acadêmico, bem como a sua legitimação e reconhecimento pelo Estado, através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) (SCHNEIDER, 2009).

As discussões em torno da agricultura familiar ganharam espaço, mais especificamente na virada da década de 1980 a 1990, e o uso da denominação “agricultura família” emerge, paralelamente, no meio político e acadêmico (PLEIN, 2003). Enfatiza-se as articulações circunscritas no ambiente político, das organizações sociais ligada a agricultura familiar, a sua projeção no âmbito comercial e econômica iniciadas no governo Fernando Collor, demarcando o estabelecimento de nova relação com Estado e saída de invisibilidade (PLEIN, 2012). Ainda de acordo com o autor, estas organizações sociais inseriram como pauta de debate imprescindível a compreensão, sobre o papel e o lugar da pequena produção rural, com articulações marcantes nos estados região Sul do Brasil, cuja discussões abrigavam o sistema de integração comercial e econômica das nacionalidades que compõe o Mercosul.

Neste sentido, na perspectiva de alcançar aos objetivos propostos, o texto encontra-se estruturado em duas partes principais, além desta breve introdução e das considerações finais. Na primeira parte, compreende-se a emergência da ideia de desenvolvimento rural, seus principais aspectos teóricos e aportes do debate brasileiro. Na segunda parte, busca-se compreender o papel e o lugar da agricultura

familiar, revisando o marxismo clássico, o neomarxismo e as interpretações alternativas ao marxismo, além de fazer um esforço de aproximar, estas reflexões as formas produtivas familiares da Amazônia brasileira.

DESENVOLVIMENTO RURAL

Esta seção procura apresentar, os elementos substanciais do desenvolvimento rural, que possibilite compreender os diversos elementos que circunscrevem os espaços rurais, dentro de sua complexidade e diversidade.

O que é o Desenvolvimento rural?

A partir de meados da segunda metade do século XX, quando a noção de desenvolvimento alcançou demasiadamente o interesse nas diversas agendas, passando a orientar a política, a economia e estimular as expectativas e disputas sociais. Neste sentido, foi inevitável que o desenvolvimento rural, fosse de forma análoga uma das forças nas políticas nacionais, bem como atrair o interesse das organizações sociais do meio rural, e passando a agregar ricos debates teóricos (NAVARRO, 2001). É mister enfatizar, que neste período, as principais economias, possuíam na agricultura, uma importante fonte econômica.

Neste período, as principais mudanças direcionadas a agricultura foram articuladas no aporte tecnológico da “Revolução Verde”, e em decorrência disso, as dinâmicas do rural são fundamentalmente alteradas e orientadas pela economia de mercado. Esta imersão de modernidades no mundo rural, ocorrem simultaneamente com os avanços extraordinários do capitalismo mundial dos “anos dourados” (1950-1975), marcando a cisão das especificidades locais das atividades agrícolas e o meio rural (NAVARRO, 2001). Ainda de acordo com o autor, as primeiras referências ao desenvolvimento rural, estiveram contaminadas pelos estigmas do escrutínio das forças modernizante do desenvolvimento.

Entre as diferentes ideia-forças presente no debate sobre o desenvolvimento rural no pós-guerra, Ellis e Biggs (2001), sintetizaram os principais elementos substanciais que delinearão as matrizes práticas e teóricas sobre o tema. As interpretações, apontam que: a primeira aproximação é com o desenvolvimento comunitário (1950); a centralidade no crescimento de pequenas propriedades (1960) e o desenvolvimento rural integrado (1970); da direção do Estado (1970) à

liberalização do mercado (1980); abordagens de processo, participação, empoderamento e atores (1980 e 1990); a emergência dos meios de subsistência sustentáveis como uma estrutura integradora (1990); integração do desenvolvimento rural nos documentos de estratégia de redução da pobreza (2000). Aqui merecem alguns destaques, principalmente que as próprias influências do desenvolvimento que marcam algumas transições importantes, como na década de 1970, orientado pela economia política (marxismo e neomarxismo), as ênfases recaem sobre classe, poder, desigualdade e diferenciação social, estimulados pelas forças e tendência da grande escala do capitalismo. Outro destaque, são as transformações estruturais e específicas de comércio e a liberalização do mercado (1980), que representam aspectos multissetoriais, bem como as raízes provenientes das relações de Estado-mercado e boa governança (1990 e 2000). São mudanças, processos macropolíticos, que moldam quando aplicados ao meio rural, fundamentalmente não abrigar intrinsecamente da essência do rural em sua raiz.

Este período, final do século XX, importantes mudanças também são mencionadas por Buttel (2001), sobre a transição da sociologia rural a nova sociologia rural da agricultura, ou na economia política agrária - na América do Norte, especialmente nos EUA. Se, até a década de 1950, a sociologia rural tinha objeto os estudos de comunidades rurais; de 1950 a 1970, seguiu uma perspectiva indutiva, como a difusão das inovações e a extensão do raciocínio rural-urbano; e, a partir de 1970, ocorrem uma série de alterações, que contribuem para a emergência da nova sociologia rural. Além de aportes de diversas linhas teóricas, constavam os movimentos estudantis da década anterior e dos críticos da Revolução Verde, e os direitos civis.

Apesar de influências fortes do desenvolvimento nas ações de desenvolvimento rural no pós-guerra, as condutas de organizações não governamentais e governamentais foram nutridas por concepções mais ampla do desenvolvimento social, não agrícola e nacional (ELLIS e BIGGS, 2001). De acordo com os autores é mister enfatizar, que poucos governos e organizações utilizam uma ótica intersetorial ou multissetorial como estratégias para entender as dinâmicas locais e elaborar mecanismos a curto, médio ou longo prazo, que confrontasse as principais mazelas sociais rurais (coexistência da pobreza, fome e violação de liberdades).

No entanto, contribuições recentes sobre o desenvolvimento rural, preconizam a interface de aspectos internos e externos as regiões rurais, onde os atores e suas

organizações articulam um complexo de redes, variando radicalmente a cada região. Para Ploeg et al. (2000), o desenvolvimento rural é entendido como um processo multinível, multi-ator e multi-facetado, observado como a busca de um novo modelo de desenvolvimento para o setor agrícola, a busca constante de sinergias entre ecossistemas locais e regionais, a capacidade de gerar paisagens e valores naturais, novas formas de cooperação, a ênfase nas economias de escopo e a pluriatividade das famílias rurais. Seus aspectos práticos, refletem formas de multifuncionalidades, como a emergência de processos de mudanças locais, que antecedem a composição de políticas de desenvolvimento rural (internacionais, nacionais e regionais), que devido a interface complexa e até divergentes de ações institucionais, funcionam como um vasto conjunto de soluções das comunidades rurais ao squeeze da agricultura (PLOEG, 2008). Kageyama (2008, p. 55) assegura, que o desenvolvimento rural, não pode ser percebido como mero crescimento ou progresso econômico, “mas visto como um processo que envolve múltiplas dimensões: dimensão econômica, dimensão sociocultural, dimensão político-institucional e a dimensão ambiental”.

Nas três últimas décadas, o desenvolvimento rural tem alcançado diversos espaços (meio acadêmico, publicações e articulação política) no cenário internacional, e no Brasil, o debate tinha como foco a economia agrícola, o agronegócio e de seus mercados (KAGEYAMA, 2008). De acordo com Schneider (2010), na atualidade o debate brasileiro, tem recebido diversas contribuições, entre elas: as problematizações que possuem na agricultura familiar, as reivindicações de seu status social, econômico e produtivo; o segundo, refere-se aos novos impulsos e intervenções do Estado no meio rural, tanto em políticas para a agricultura familiar, como das ações relacionadas a reforma agrária, segurança alimentar, entre outras, e sua interface com os movimentos sociais rurais; terceiro, reflete a conjuntura política e ideológica, instaurada na polarização no meio rural, de um lado a agricultura familiar, cuja a produção enfoca prioritariamente os mercado locais, e de outro lado, a agricultura patronal-empresarial, ligada a produção de commodities, basicamente para exportação; e o quarto fator, refere-se as contribuições provenientes da perspectiva da sustentabilidade ambiental.

Por sua vez, os aspectos teóricos sobre o desenvolvimento rural no Brasil, de acordo com Schneider (2010), podem ser agrupados em quatro abordagens, que possuem interfaces de cunho normativo e de políticas do Estado. A primeira vertente salienta as instituições, inovação e sustentabilidade, as principais contribuições

teóricas são os trabalhos de Jose Eli da Veiga e Ricardo Abramovay, parte da importância e o reconhecimento da agricultura familiar, seu potencial dinamizador das economias de escopo, onde a capacidade empreendedora e inovadora é responsável pela diversificação social e produtiva dos territórios rurais e a interface com as instituições desenvolvem papel fundamental no desenvolvimento rural. A segunda vertente, possui como matriz teórica os trabalhos e pesquisas provenientes do Projeto Rurbano, seu principal expoente é José Graziano da Silva, e o enfoque é dado as atividades não-agrícolas e a pluriatividade, que circunscrevem um novo rural brasileiro. Este novo rural, configura a suposta rubarnização, possui suas raízes incrustadas no processo de modernização conservadora da base tecnológica da agropecuária, e se expressa principalmente em três grupos de atividades: o agronegócio dedicado a produção de commodities e agroindústrias; atividades não-agrícolas vinculadas a habitação, lazer, fabricas e prestação de serviços; e as novas atividades agropecuárias ativadas por nichos de mercado. A terceira perspectiva, ajustada ao campo sociológico, fundamentada nos valiosos estudos de José de Souza Martins e Zander Navarro, com agenda de pesquisa em torno dos processos de mudança social no meio rural brasileiro a partir da análise da tradição política que obscurecem as transformações estruturais e de natureza sociocultural. E, a quarta abordagem sobre o desenvolvimento rural no Brasil, possui como principais referência as pesquisas realizadas por John Wilkinson e colaboradores, refere-se ao conjunto de investigações que enfocam o agronegócio e as cadeias agroalimentares, fundamentalmente os sistemas de integração dos pequenos produtores nas cadeias agroalimentares e as condições e consequências sociais. Além destas vertentes, de acordo com o autor, existem diversos outros grupos de estudiosos que exploram temas de pesquisa que abrigam outras perspectivas do desenvolvimento rural.

Em face das diversas frentes discursivas e as vertentes teóricas do debate brasileiro sobre o desenvolvimento rural, o que se pode apreender em comum, é que a agricultura se mantém seguramente como a principal atividade do meio rural, e em face disso, ela não pode ser escamoteada nas interpretações sobre o desenvolvimento rural (KAGEYAMA, 2008).

REPRODUÇÃO SOCIOECONÔMICA DA AGRICULTURA FAMILIAR

No Brasil, as discussões sobre a noção de agricultura familiar, são tributárias da década de 1990, tem-se como pontos relevantes, o Programa Nacional de Fortalecimento de Agricultura Familiar (PRONAF) criado em 1995 e a própria mobilização dos diversos movimentos sociais rurais. Além do aspecto, que lhe confere legitimidade social, por outro lado, há controversas sobre sua denominação conceitual e seu lugar na sociedade, bem como as generalizações de que o agricultor familiar é todo aquele que vive com sua família no meio rural e trabalham na agricultura. Assim, também será esforço teórico desta seção a mobilização de elementos substantivos que tratem das dinâmicas sobre a sua reprodução socioeconômica.

Agricultura familiar: das contribuições clássicas (marxismo) ao neomarxismo

Na tradição marxista sobre o desenvolvimento agrário, as contribuições clássicas se devem principalmente a Marx, Lênin e Kautsky, a partir de seus estudos nas sociedades russa e alemã, onde deduziram aspectos conjunturais e universais, apesar de limitados sobre o meio rural, uma vez que Marx não chegou a produzir teoricamente uma questão agrária. Para ambos, a agricultura familiar não teria espaço com o aprofundamento das relações capitalistas na agricultura. Não obstante, longe de sua concretude em todas as sociedades, esta categoria alcança projeção sociopolítica e institucional pelo Estado circunscrita em um portfólio de políticas públicas de desenvolvimento rural.

Em Marx, dada a importância e sua atenção parcial ao estudo da agricultura no capitalismo, seus escritos não conseguem traduzir, o que ficou conhecido, na segunda metade do século XIX, como a questão agrária, ou seja, “a produção familiar na agricultura, suas tendências e suas funções no desenvolvimento capitalista” (ABRAMOVAY, 1992, p. 32; 2007, p. 42). De acordo com Abramovay, sobre sua produção teórica é possível observar dois elementos essenciais direcionados ao campesinato, de um lado, imerso em questões políticas e repleto de ceticismo (Dezoito Brumário de Luís Bonaparte), e de outro, a emergência de uma visão teórica genial (Livro III de O Capital).

Neste sentido, sobre os camponeses, verifica-se em Marx (2011, p. 142-143),

[...] constituem uma gigantesca massa, cujos membros vivem na mesma situação, mas não estabelecem relações diversificadas entre si. [...] a parcela, não permite nenhuma divisão de trabalho no seu cultivo, nenhuma aplicação da ciência, portanto, nenhuma multiplicidade no seu desenvolvimento, [...] se compõe por simples adição de grandezas homônimas, como batatas dentro de um saco constituem um saco de batatas. Eles não são capazes de representar a si mesmos, necessitando, portanto, ser representados.

Os aspectos apontados em *O Capital*, de acordo com Abramovay, se referem ao relevo da fenomenologia das feições sociais, no mercado o centro destas relações. Com isso, a produção mercantil, firma sua realização a partir de duas situações, para alcançar sua vitalidade, quando é direcionada ao outro, mas não em relação de reciprocidade direta, mas de mercado. Neste sentido, o que confere a sociabilidade, é fundamentalmente a divisão em produtor e produto, além da natureza específica existente e a condição social. Na produção capitalista, os elementos (o trabalho abstrato, geral, universal) que possibilitam a reprodução social, dividem-se, de um lado em operariado e do outro, a burguesia. Em face disso, a sociedade capitalista, reflete o paradoxo da natureza do trabalho social e privado, restrito aos atributos intrínsecos da sociabilidade no mudo das mercadorias. As referências ao campesinato, evocam do desenvolvimento do capitalismo, onde seriam fatalmente fadados à diferenciação, e por conseguinte abolidos.

As concepções de Kautsky (1986), asseguram que devido a expansão e o domínio do modo de produção capitalista no meio rural, este passaria a determinar universalmente as condições de vida, bem como a própria estrutura social. Nesse sentido, o autor afirma que, “quanto mais a agricultura se identifica com os padrões capitalistas, tanto mais se diferenciam qualitativamente as diferenças técnicas empregadas pelos grandes estabelecimentos das empregadas pelos pequenos” (KAUTSKY, 1986, p. 87).

Lênin, acreditava que através da divisão social do trabalho, haveria a formação do mercado interno, em absoluto, a formação da economia capitalista. Na prática, isso resultaria na ruína, diferenciação, desintegração, descamponização, sob a tese de que “o processo de decomposição dos pequenos agricultores em patrões e operários agrícolas constitui a base sobre a qual se forma o mercado interno na produção capitalista” (LÊNIN, p. 35). E, acrescenta que neste processo, o campesinato “não se diferencia apenas: ele deixa de existir, se destrói, é inteiramente substituído por novos

tipos de população rural, que constituem a base de uma sociedade dominada pela economia mercantil e pela produção capitalista” (LÊNIN, p. 114).

Da interface, entre a expansão do capitalismo e a diferenciação do trabalho, apontados por Lenin, obteve pouco respaldo empírico, e a forçosa ideologia de inferioridade econômica da agricultura familiar, em Kautsky, longe de ser confirmada, principalmente em países avançados. No marxismo clássico inexistiu espaço para tratar desta questão, “hoje decisiva, das razões pelas quais a agricultura familiar tem sido, nessas nações, a principal forma social do progresso técnico no campo” (ABRAMOVAY, 2007, p. 31).

Incrustado no marxismo clássico, o futuro e o lugar da agricultura familiar não eram tidos como prósperos de desenvolvimento, como poder ser observado em Jean (1994, p. 76),

Há mais de um século, o futuro da agricultura familiar tem sido alvo de um número impressionante de especulações as mais diversas. Se muitos tomavam sua defesa, mais de um profetizava seu desaparecimento próximo, ilustrava seu processo de decomposição para dar lugar a uma forma superior ou mais evoluída de exploração agrícola, seja a fazenda capitalista para uns ou a fazenda coletiva para outros. Por outro lado, a produção familiar agrícola parece ter sido capaz de gerar uma curiosa capacidade de manter-se, de reproduzir-se ao longo das gerações, de adaptar-se aos movimentos da conjuntura sócio-econômica e isto, independentemente dos regimes políticos, tão diferentes de norte a sul, de leste a oeste, nos quais ela foi levada a evoluir.

Para Abramovay, um dos aspectos de tal obscurantismo sobre as dinâmicas agrárias na atualidade, residem no que denomina de ambiguidades. As generalizações em torno da agricultura familiar, associado ao *small farmy* “pequena produção”, “produção de baixa renda”, “agricultura camponesa”, entre outros, não contribuem para o entendimento de sua originalidade, “seu dinamismo econômico, sua capacidade de inovação técnica, suas formas sociais inéditas com relação ao passado de que algumas vezes se origina, mas com o qual mantém laços cada vez mais tênues” (ABRAMOVAY, 2007, p.31). Longe de qualquer pragmatismo ideológico, Jean (1994, 78), defende que na contemporaneidade o “agricultor moderno se apresenta-se então como um personagem híbrido acumulando nele uma tríplice identidade: proprietário fundiário, empresário privado e trabalhado”.

No entanto, de acordo com Schneider (2009), na retomada dos estudos de inspiração marxista aplicados na agricultura e as relações sociais no meio rural, um

dos enfoques que mobilizaram contribuições sobre a persistência da agricultura familiar no desenvolvimento capitalista, são denominados de “neomarxistas”. Apesar de diversos, aproximam-se teoricamente nos elementos que circunscrevem a incisão do capitalismo nas economias rurais, estrutura social e economias individuais, agrupados em: os obstáculos ao desenvolvimento do capitalismo na agricultura e a persistência das unidades familiares de produção (Susan Mann e David Goodman); e as especificidades da agricultura familiar e a produção simples de mercadorias (Claude Servolin e Harriet Friedmann).

De acordo com Schneider (2009), os principais argumentos deste grupo de autores podem ser elencadas da seguinte forma: Susan Mann (MANN; DICKINSON, 1987), enfatiza que a tentativa de semelhança da indústria, a agricultura, não ocorre, devido a especificidades de natureza biológica, que desequilibram o tempo de trabalho e o tempo de produção, a circulação de mercadorias, além da perecibilidade da produção agrícola, que se materializam em riscos e dificuldades ao capital na obtenção de lucro; para David Goodman (GOODMAN, SORJ e WILKINSON, 1990), a agricultura apresenta especificidades ao capitalismo que impedem seu funcionamento de forma semelhante ao sistema industrial, e na impossibilidade de transpor estas barreiras, a perspectiva adota pelo capital reflete adaptações, tanto por apropriação (visa a capitação de processos do ciclo agrícola, sua conversão em atividades agrícolas e sua reinserção como meio de produção), quanto por substituição (objetiva a troca de alimentos agrícolas por produtos industrializados), acelerados pelo progresso técnico na agricultura; Claude Servolin (SERVOLIN, 1972), acreditava que a agricultura no sistema capitalista, funciona como um “modo de produção específico”, regido pela produção mercantil simples, possuem interface com o modo de produção capitalista mediante o intercâmbio de mercadorias entre os pequenos agricultores e as agroindústrias. Esta face onipresente da agricultura familiar, traço urbano-industrial, se mostrou atraente ao capital, uma vez que oportuniza preços baixos dos alimentos a classe trabalhadora, atributo que confere vantagens comparativas em relação à produção capitalista. Por sua vez, Harriet Friedmann (FRIEDMANN, 1978), ressalta que nas agriculturas familiares, cuja orientação é a produção simples de mercadorias, além de a agricultura ser uma atividade específica, os processos produtivos se estruturam em função de relações sociais específicas, onde, a disponibilidade da força de trabalho não está separada da posse dos meios de produção, circunscritos por relações de parentesco e de gênero, e a produção busca

atender, prioritariamente, aos interesses de reprodução do núcleo familiar, diferente da produção capitalista, onde trabalho (contratado) e produção, objetivam gerar a mais valia.

Em síntese, de acordo com Schneider (2009), para os autores neomarxistas o que explica a permanência das formas familiares de produção na agricultura no desenvolvimento capitalista, se referem as suas especificidades, que congregam os obstáculos naturais, a indissociabilidade da gestão do trabalho e da produção. Estas particularidades, impõem barreiras ao capital na realização de mais valia e auferir lucros crescentes, e sua incapacidade em segmentar os meios de produção e os aspectos sociais.

Contribuições de interpretações alternativas ao marxismo

Diante das profecias da economia política clássica, em Marx, Lênin e Kautsky, determinavam como decorrência natural da expansão do capitalismo no meio rural, a desestruturação das formas pré-capitalistas de produção, e fundamentalmente a sua eliminação. Chayanov (1974), não só se contrapõe essa ótica de análise, como apresenta outra perspectiva de interpretação da produção não capitalista, articulada na lógica da família camponesa (micro).

Vinculado a Escola da Organização e Produção, a contribuição de Chayanov, consistiu no que ficou conhecido como a Teoria da Organização da Unidade Econômica Campesina (CHAYANOV, 1974). A reprodução socioeconômica, orientada pelo trabalho familiar, observa-se a inexistência da categoria trabalho assalariado, portanto, o modelo proposto se encontra baseado em outras categorias: “a) a remuneração única e indivisível do trabalho familiar, que reage sobre os fatores que contribuem para formar a renda; b) o preço das mercadorias; c) a reprodução dos meios de produção; d) os preços do capital na circulação do crédito; e) o preço da terra” (CHAYANOV, 1981, p. 487). Neste sentido, longe de o ano agrícola campesino gerar o lucro, materializado no sistema trabalho-família-propriedade, o que se observa são formação do excedente como uma retribuição do próprio trabalho.

No entanto, a relevância em Chayanov (1974; 1981), reside em compreender os elementos que estão ocultos ao trabalho da família no estabelecimento agrícola. Em seu modelo, de um lado constam o tamanho e a relação familiar entre quem trabalha e quem não trabalha, e de outro, articula-se aos recursos e os meios de produção, terra e as ferramentas de trabalho, equilibrados por uma dimensão

“subjetiva”, característico deste tipo de economia, a intensidade do trabalho. A partir deste modelo, é possível afirmar que as formas familiares de produção, tem como finalidade principal a satisfação de suas necessidades, ajustado pelo consumo familiar e a exploração de sua força de trabalho.

Para Hugues Lamarche os agricultores familiares são atores que possuem na tradição a centralidade da família, as lógicas produtivas e o modo de vida, e longe de representar formações sociais homogêneas, “a agricultura familiar não é um elemento de diversidade, ela é a própria diversidade” (LAMARCHE, 1993, p. 18). No Brasil, o debate entre campesinato e agricultura familiar, em seu contexto histórico, tem-se a década 1990 que marca a inserção do segundo termo ao vocabulário científico, e a principal diferença pode ser observada na forma de organização, além do fato de a agricultura familiar ser “altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa” (ABRAMOVAY, 2007, p. 33).

Em 2006, a agricultura familiar alcança projeção institucional e elevação a condição de categoria social, com a promulgação da Lei 11.326/2006, instrumento que define o agricultor familiar ou empreendedor rural é aquele que pratica atividades no meio rural e que atendam aos seguintes critérios:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

Wanderley chama a atenção para o entendimento da agricultura familiar, além do aspecto em si de a família ser proprietária dos meios produtivos e realizar o trabalho, enfatizando que “o caráter familiar não é mero detalhe superficial e descritivo: o fato de uma estrutura produtiva associar família-trabalho-produção tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente” (WANDERLEY, 1996, p. 2). Ploeg (2014), acrescenta que as dificuldades em compreender a agricultura familiar, se devem a sua essência, per se como um fenômeno complexo e multidimensional, e faz uma importante contribuição com as dez qualidades sobre agricultura familiar articuladas em três eixos: o equilíbrio entre

o estabelecimento e a família; unindo passado, presente e futuro; e a conexão com seu entorno. Em síntese, Ploeg diz que o estabelecimento é o lócus que se representa uma instituição atrativa, onde a família goza da relativa dupla liberdade, a ausência das forças expropriativas de agentes externos e a autonomia para agir ao seu modo.

Metamorfoses a reprodução socioeconômica da agricultura familiar na Amazônia brasileira

Na Amazônia brasileira, a reprodução socioeconômica das formas familiares de produção ou a produção simples de mercadoria, ou “campesinato”, como refere-se analogamente Moreira e Hébette (2009), ocorrem circunscritos a diversos elementos que geraram metamorfoses, imersos em duplos movimentos, ou seja, uma interface retroalimentativa no interagir e no reagir. De acordo com os autores os principais elementos destas metamorfoses podem ser elencados da seguinte forma (MOREIRA e HÉBETTE, 2009):

- a) Em meados do início do século XIX no Pará, materializam-se as contradições de uma sociedade com diferentes visões étnicas (nativos, colonizadores europeus e escravos africanos). Sob o domínio europeu, eram frequentes as tentativas de fugas, e na eminência das tratativas do regime constitucional previsto pela revolução de Porto de 1820, e que resultou na independência do Brasil, emergiram posições sociais e políticas contraditórias na província. Divergências que organizaram (cabanagem) os pequenos proprietários rurais, trabalhadores mestiços e tapuios (índios) e escravos, contra o governo português, que mesmo alcançando brevemente o poder, foram combatidos severamente, e das fugas e refúgios, constituíram quilombos (PRADO JR., 1947);
- b) A partir da década de 1870, com o aumento da exploração de seringais nativos estimulado pelo capital industrial e financeiro europeu e norte-americano, sustentado com o êxodo de nordestinos, arrasados pelas secas sucessivas;
- c) Entre 1942 e 1945, emerge uma nova campanha da borracha pela incorporação compulsória de recrutas militares – “os soldados da borracha” – na extração do látex. Tratava-se de abastecer de borracha as tropas “aliadas” após a ocupação das ilhas do Pacífico, então as maiores produtoras mundiais, mas em mãos das tropas japonesas associadas ao Eixo Roma-Berlim;

- d) De 1990 a 1995, surgem novas formas de interação com o meio envolvente: uma de natureza política nacional, o desgaste do regime militar; e a outra, de cunho religioso internacional, a entrada no campo das ideias do Concílio Vaticano II.

No entanto, será através do Programa Nacional de Integração (PIN) da Amazônia, que se materializa a colonização oficial, articulando movimentos migratórios ligados à corrida pela terra, ao setor mineral ou, naturalmente a busca de uma vida melhor (PIRAUX et al., 2015). Ritmo mais rápido e intenso que a ocupação tradicional, deslocam o fluxo de mobilidades através dos rios (Amazônia dos Rios), para outra realidade, paralela, a Amazônia das estradas, que mobiliza agricultores de outras regiões a constituir frentes pioneiras, em especial ao longo das rodovias (Belém-Brasília, Transamazônica). Além da concentração de terras e grilagem, o modo de produção incorria em desmatamento, e a pecuária se insere como a única alternativa que se adapta às precárias condições de isolamento e carências econômicas, sociais e institucionais.

Desta configuração, de acordo com Piraux et al. (2015), pode ser apreendido dois elementos importantes da estrutura social rural. O primeiro deles é o antagonismo entre pequenos e grandes produtores, substanciados por modelos técnico agrícolas contrastantes, além dos conflitos sangrentos na luta pela terra, típico de regiões de fronteiras agrícolas. O segundo aspecto, se refere ao frágil desenvolvimento institucional, no que tange as instituições públicas, devido à ausência de recursos, a corrupção e o isolamento, limitavam seu funcionamento, além da pressão econômica e da organização efetiva de cadeias produtivas como a madeira e pecuarista.

A reprodução socioeconômica das formas familiares na Amazônia, até a década de 1980, coexistiram sob diversas adjetivações, como extrativista, agricultura migratória, caboclos e pequenos produtores de subsistência, que traziam uma visão ideológica e de cunho pejorativos, como pouco eficiente e atrasados (HURTIENE, 2005). Esta era a visão apregoada sobretudo, pelo ciclo da fronteira, que considerava o funcionamento destes sistemas de produção com base em culturas anuais no sistema de derrubada e queimada como altamente insustentáveis, tanto no nível econômico como no ecológico.

Não obstante, as fronteiras, sejam reflexo de um portfólio complexo de fatores, onde o Estado possui atuação importante, através de políticas agrárias matizadas nas especificidades dos espaços territoriais, “a evolução dos sistemas de produção não

segue só uma trajetória, como pressupõe o modelo de ciclo de fronteira ou a interpretação mais evolutiva da complexificação”. (HURTIENE, 2005, p. 33). Neste sentido, é valiosa a contribuição de Costa (2009), onde investigou as trajetórias tecnológicas agrárias na Amazônia, e identificou que se encontram estruturadas em duas macros trajetórias, uma camponesa e outra patronal.

A referência camponesa utilizada por Costa (2009), refere-se aos modos de produção que se orientam pela indissociabilidade dos meios de produção, gestão do trabalho e parte da produção é para o autoconsumo da família. Neste universo social agrário, da trajetória camponesa, o autor indica a existência de três trajetórias, abrigados em duas lógicas produtivas diferentes. A primeira lógica, circunscreve o paradigma agropecuário, refere-se ao aporte tecnológico que implicam em mudanças radicais no meio ambiente (COSTA, 2009, p. 81):

Trajectoria (camponês T3) conduzida por agentes camponeses, marcada por uso extensivo do solo, homogeneização da paisagem (alto impacto na biodiversidade) e formação intensa de dejetos: na forma de emissões poluentes (pela queima da floresta na formação de plantações e pastagens) e na forma de áreas degradadas;
Trajetória (camponês T1) conduzida por agentes camponeses, marcada por uso intensivo do solo, com sistemas diversificados (baixo impacto na biodiversidade) e baixa formação de dejetos/impacto poluidor.

A segunda lógica, sugere a representação de um paradigma extrativista, fundamentada em atributos tecnológicos que consideram os fluxos de funcionamento do ecossistema natural, representado pela “Trajetória (camponês T2) conduzida por agentes camponeses, marcada por uso altamente diverso das disponibilidades naturais, com baixíssimo impacto na biodiversidade e baixíssima formação de dejetos/impacto poluidor” (COSTA, 2009, p. 81).

Embora a agricultura familiar, nas principais frentes pioneiras não tenha conseguido se consolidar, gerando o êxodo rural em direção aos núcleos urbanos e a concentração fundiária (PIRAUX et al., 2015), não existe uma linha divisória clara entre as novas formas da agricultura familiar se comparada as mais velhas (as chamadas tradicionais, como grupos indígenas, ribeirinhos e extrativistas), pois ambas possuem suas “roças de culturas temporárias, árvores frutíferas, aves, porcos e crescentemente o gado” (HURTIENE, 2005, p. 29).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A retomada do debate brasileiro sobre o desenvolvimento rural, a partir do final do século XX e início do século XXI, observa-se a confluência de três elementos essenciais, marcadas pela produção acadêmica, as mobilizações dos movimentos sociais rurais e a presença do Estado. As contribuições acadêmicas, materializam-se em reflexões e interpretações que trazem à tona uma nova leitura do rural, transcendendo os aspectos econômico e estruturais, acrescentando suas dinâmicas territoriais, os mercados e principalmente dimensão ambiental e da sustentabilidade. Neste período, emergem um portfólio de políticas públicas que dialogam com as dimensões do desenvolvimento rural, visando a institucionalidade e o fortalecimento dos espaços sociais rurais.

É em função das lutas e mobilizações das organizações sociais rurais, que a agricultura familiar alcança a projeção de categoria sociopolítica e a interlocução com o Estado através de políticas públicas. A maior destas conquistas, é o PRONAF instituído em 1995, além de outras políticas públicas de desenvolvimento rural que foram sendo construídas, contribuindo para a sua dinamização social, econômica e produtiva. Também é relevante mencionar, a diversidade de estudos e interpretações que surgiram, articulados as diversas vertentes teóricas das escolas do desenvolvimento (rural).

Nas dinâmicas rurais complexas, tornam-se de capital importância compreender as formas familiares de produção, ou os sistemas produtivos pré-capitalistas. Neste sentido, é mister notar que o lugar e papel desta forma produtiva, era anunciado pelo marxismo clássico, que em função do aprofundamento da diferenciação social no campo, tenderia a sua desintegração ou aniquilamento, tornando-se proletários ou burgueses. Porém, em leituras oportunizadas por um grupo denominados de neomarxistas, fundamentam que a permanência desta forma social na agricultura no desenvolvimento capitalista, se deve as suas especificidades, que congregam os obstáculos naturais, a indissociabilidade da gestão do trabalho e da produção. É, por tanto, nas leituras alternativas ao marxismo, que se consegue decifrar a racionalidade econômico-produtiva destes atores sociais.

Na Amazônia brasileira, as formas familiares de produção sofrem um logo e complexo processo de metamorfoses socioeconômicas. De um lado enfatiza-se os aspectos políticos que incidem sobre a região, iniciando pela ocupação europeia, a

atuação do governo imperial e a materialização da PIN. São aspectos distintos, que corroboram na dinâmica socioespacial e produtivas de região. No entanto, os estudos têm revelado, que as estratégias de reprodução socioeconômicas não capitalista, se encontram articuladas em duas lógicas produtivas, a do *paradigma agropecuário*, que circunscrevem aspectos intensivos da produção agrícola, e o *paradigma extrativista*, associado as dinâmicas dos ecossistemas locais.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo; Rio de Janeiro; Campinas: Hucitec; Anpocs; Unicamp, 1992.

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. - 3. ed. - São Paulo: Edusp, 2007. 296 p.

BRASIL, Lei 11.326, de 24 de julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Diário Oficial da União, dia 25/07/2006.

BUTTEL, F. H. Some reflections on late twentieth century agrarian political economy. **Sociologia Ruralis**, v. 41, n. 2, p. 165-181, 2001.

CHAYANOV, A. V. **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974. 342 p.

CHAYANOV, A. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não-capitalistas. In: SILVA, J. G.; STOLKE, V. **A questão agrária**. Brasiliense, 1981. São Paulo. 133-163 p.

COSTA, F. A. Trajetórias Tecnológicas como objeto de política de conhecimento para a Amazônia: uma metodologia de delineamento. **Revista Brasileira de Inovação**, Rio de Janeiro (RJ), 8 (1), p.35-86, janeiro/junho, 2009.

ELLIS, F.; BIGGS, S. Evolving Themes in Rural Development 1950s-2000s. **Development Policy Review**, 2001, 19 (4): 437-448 p.

FRIEDMANN, H. World Market, State and Family Farm: social bases of household production in the era of wage labour. **Comparative Studies in Society and History**, Cambridge, v.20, n.4, p.545-586, 1978.

GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, Amazônias**. 3. Ed. São Paulo: Contexto, 2012.

GOODMAN, D.; SORJ, B.; WILKINSON, J. **Da lavoura as biotecnologias**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

HURTIENNE, T. Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, v. 8, n. 1 - p. 019-071 jun. 2005.

JEAN, B. A forma social da agricultura familiar contemporânea: sobrevivência ou criação da economia moderna. **Cadernos de Sociologia**, PPGS/UFRGS, Porto Alegre, v. 6, p. 76-89, 1994.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. 240 p.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Tradução de Otto Erich Walter Maas. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. Tradução de José Paulo Netto. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MANN, S.; DICKINSON, J. Collectivizing Our Thoughts: a reply to Patrick Mooney. **Rural Sociology**, Kansas, v.52, n.2, p.296-303, 1987.

MARX, K. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011. 169 p.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.568 p.

MOREIRA, E. S.; HÉBETTE, J. Metamorfoses de um campesinato nos Baixo Amazonas e Baixo Xingu Paraenses. In: GODOI, E. P.; MENEZES, M. A.; ACEVEDO MARIN, R. **Diversidade do campesinato: expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidades**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. 187-207 p.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, 15 (43), 2001. p. 83-100.

PIRAUX, M.; CIALDELLA, N.; POCCARD, R.; ASSIS, W. O futuro incerto da agricultura familiar na Amazônia brasileira: um desafio para territórios e políticas públicas. In: MIRANDA, C.; GUIMARÃES, I. **Agricultura Familiar: ruralidade, território e política pública/IICA, FÓRUM DRS – Brasília: IICA, 2015. 85-92 p.**

PLEIN, C. **As metamorfoses da agricultura familiar: o caso do município de Iporã d' Oeste, Santa Catarina**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, BR-RS, 2003. 158 f.

PLEIN, C. **Os mercados da pobreza ou a pobreza dos mercados? As instituições no processo de mercantilização da agricultura familiar na Microrregião de Pitanga, Paraná**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, BR-RS, 2012. 266 f.

PLOEG, J. D. et al. Rural Development: from practices and policies towards theory. **Sociologia Ruralis**, Netherlands, vol. 40, nº 4, p. 391- 408, 2000.

PLOEG, J. D. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Tradução: Rita Pereira. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. 376 p.

PLOEG, J. D. Dez qualidades da agricultura familiar. Cadernos de debate, nº 1, fevereiro de 2014. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**. Número Extra.

PRADO JR., C. **Evolução política do Brasil: ensaio de interpretação dialética da história brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1947.

SERVOLIN, C. L'Absostion de l'agriculture dans le mode de production capitaliste. In: TAVERNIER, Y.; GERVAIS, M.; SERVOLIN, C. **L'Univers Politique des Paysans dans la France Contemporaine**. Paris: Presses de la Foundation National des Sciences Politiques, 1972. p.41-77.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, vol. 30, no 3 (119), pp. 511-531, julho-setembro/2010.

SCHNEIDER, S. Teoria social, capitalismo e agricultura familiar. In: SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2. ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 21-72 p.

TAVARES, M. G. C. A Amazônia brasileira: formação histórico-territorial e perspectivas para o século XXI. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, nº 29 - Especial, pp. 107 - 121, 2011.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. **Anais: XX Encontro Anual da ANPOCS**. GT 17: Processos Sociais Agrários. Caxambu, MG, outubro 1996. 18 p.